

## ECONOMIA REPRIMARIZADA E DESMONTE DO REGIME REGULATÓRIO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO

André Scantimburgo<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo aqui é apresentar um panorama geral das principais mudanças impostas ao aparato regulatório do Estado para o meio ambiente no governo Jair Bolsonaro. Compreende-se que o desmonte em curso observado no regime regulatório ambiental faz parte de uma concepção de desenvolvimento, predominante no governo, que vê a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a proteção às comunidades indígenas e quilombolas como um obstáculo para o crescimento econômico. Embora seja uma visão retrógrada que caminha, inclusive, na contramão dos parâmetros ambientais internacionais, ela faz parte do projeto de capitalismo dependente da burguesia brasileira, que tem buscado avançar o processo de exploração das chamadas vantagens comparativas ao aprofundar o papel do Brasil no comércio internacional como mero fornecedor de commodities.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Regime Regulatório; Commodities; Reprimarização; Governo Bolsonaro.

**Abstract:** The objective here is to present, based on data and information, an overview of the main imposed changes on the regulatory apparatus for the environment in the Jair Bolsonaro government. It is understood that the ongoing dismantling observed in the environmental regulatory regime is part of a conception of development, predominant in the government, which sees the concern with environmental sustainability and the protection of indigenous and quilombola communities as an obstacle to economic growth. Although it is a retrograde vision that even goes against the grain of international environmental parameters, it is part of the project of capitalism dependent on the Brazilian bourgeoisie, which has sought to advance the process of exploring the so-called comparative advantages by deepening Brazil's role in international trade as a mere commodity supplier.

**Keywords:** Environment; Regulatory Regime; Commodities; Reprimarization; Bolsonaro Government.

---

<sup>1</sup> Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP.

## 1. Introdução

No contexto das eleições em 2018, os cenários projetados para o meio ambiente com a eleição de Jair Bolsonaro apontavam para um possível desmonte dos instrumentos regulatórios ligados ao setor (SCANTIMBURGO, 2018). Passados três anos de governo, o que se observa é a confirmação daquilo que se projetava, com o enfraquecimento dos órgãos ambientais por meio de cortes orçamentários e ingerências do executivo no seu funcionamento. Tentativas de extinguir o Ministério do Meio Ambiente e vinculá-lo ao Ministério da Agricultura, além de indicações no mínimo questionáveis para a direção e cargos técnicos no IBAMA, FUNAI e Conama, bem como o controle militar na Amazônia que vem sendo exercido com a supervisão do vice-presidente Hamilton Mourão, são alguns exemplos nesse sentido.

Diante do exposto, o objetivo aqui é apresentar a partir de dados e informações um panorama geral das principais mudanças impostas ao aparato regulatório do Estado para o meio ambiente no governo Jair Bolsonaro, que vai na contramão do que vinha sendo feito desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Há um desmonte observado no regime regulatório ambiental, que aparenta fazer parte de uma concepção de desenvolvimento que vê a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a proteção às comunidades indígenas e quilombolas como um obstáculo para o crescimento econômico. Embora seja uma visão retrógrada que caminha, inclusive, na contramão dos parâmetros ambientais internacionais, ela ainda predomina em grande parte das frações burguesas no Brasil com suas atividades ligadas ao setor agropecuário<sup>2</sup> e o de mineração<sup>3</sup>, e que tem no governo atual grande representatividade.

Parece evidente que a reprimarização da economia representa a faceta atual do projeto de capitalismo dependente da burguesia brasileira, que tem buscado avançar o processo de exploração das chamadas vantagens comparativas do país, ao aprofundar o papel do Brasil no comércio internacional como mero fornecedor de commodities, sobretudo soja, proteína animal e minério de ferro, em detrimento da indústria de maior valor agregado e da possibilidade de uma economia descarbonizada. Obviamente que o problema não é vender commodities, mas a forma como isso tem sido feito, impondo esse setor como a principal atividade econômica do país por meio de

---

<sup>22</sup> Chamou a atenção no começo de 2022 a atuação de um pecuarista goiano que se reuniu com Bolsonaro e prometeu liderar uma campanha de doação de bois para ajudar na reeleição do presidente. <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-pecuarista-que-tem-livre-acesso-no-planalto,70004003572>

<sup>3</sup> Em 2020 Bolsonaro falou em “confinar ambientalista”, ao anunciar projeto de garimpo em terras indígenas <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-05/bolsonaro-anuncia-projeto-que-permite-garimpo-em-area-indigena-e-sugere-confinar-ambientalistas.html>>

práticas produtivas altamente destrutiva dos recursos naturais e impactos cada vez maiores para o meio ambiente e a sociedade.

Após a adesão ao Consenso de Washington no final dos anos 1980, o Brasil tem se tornado cada vez mais dependente de tecnologia e capitais externos, se desindustrializa e retoma uma lógica que poderia, sem exagero, ser chamada de colonial. Quando se analisa a evolução da economia brasileira nos últimos 40 anos, no intervalo que compreende a estagnação relacionada à crise da dívida nos anos 1980, passando pelas reformas liberais nos anos 1990, e depois as políticas neodesenvolvimentistas que caracterizaram os governos de centro-esquerda de Lula e Dilma, é perceptível que o Brasil passou por uma mudança estrutural no modelo econômico, abandonando as políticas desenvolvimentistas que marcaram grande parte do século XX. A consequência desse processo é uma reprimarização da economia que se aprofunda no governo Bolsonaro de forma proposital.

## **2. A reprimarização da economia**

Há, atualmente, uma diminuição das políticas industrializantes e a volta de um modelo produtivo baseado na exploração de recursos naturais e agrícolas. Desde o final dos anos 1980, o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização com a economia tendo seu setor dinâmico cada vez mais voltado para exportação de *commodities*, assim como era antes de 1930. Esse cenário se acentuou ainda mais no governo atual, eliminando possibilidades da retomada de um processo de industrialização que pudesse ser pautada na sustentabilidade e no avanço de setores de pesquisa e tecnologia vinculadas à quarta Revolução Industrial<sup>4</sup>.

Isso pode ser observado nos dados sobre a participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto e na pauta de exportação do Brasil. De acordo com dados da série histórica do IBGE, a produção industrial caiu 4,5% em 2020, segunda queda consecutiva. Desde 2010 quando o setor industrial cresceu 10,2%, há uma queda acumulada que não ultrapassou a marca de 2,5% de crescimento. Além do mais, ocorre, desde o final dos anos 1980, quedas consecutivas na participação da Indústria na composição do PIB. Ainda de acordo com IBGE, em 1986, a indústria de transformação tinha peso de 27,3% no PIB brasileiro. Em 2020, de apenas 11,3%.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Um dos setores que mais tem sofrido também com os cortes orçamentários realizados pelo governo Bolsonaro é o setor de ciência e tecnologia, praticamente estagnando a ciência brasileira. <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/orcamento-2021-coloca-ciencia-brasileira-em-estado-vegetativo/>>

<sup>5</sup> Dados podem ser consultados em IBGE – Séries Históricas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais->

# MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

---

O auge da industrialização brasileira ocorreu na década de 1980, quando terminava a ditadura militar e o país e a América Latina enfrentavam os efeitos mais depressivos da crise da dívida externa, da crise fiscal e ainda da hiperinflação decorrente desses problemas. Essa perda de dinamismo do setor manufatureiro do Brasil levou os grandes grupos nacionais a deslocarem seus capitais para os setores com maior vantagem comparativa, sobretudo àqueles associados ao uso intensivo de recursos naturais, como a mineração, metalurgia, papel e celulose, proteínas animais, biocombustíveis e agricultura voltada à exportação, como a produção de grãos, de laranja, café, entre outros (PIRES; SANTIMBURGO, 2018). Atualmente, a pauta de exportação da balança comercial do Brasil tem nas dez primeiras posições produtos primários, com exceção da oitava posição que inclui produtos de indústria de transformação.

São com essas vantagens comparativas que o Brasil vem se inserindo nas cadeias produtivas globais, com artigos intensivos em recursos naturais e em capital, mas com menor valor agregado, e isso tem um impacto imenso nas questões socioambientais e econômicas. Quando este fenômeno de reprimarização da economia ocorre em um país que não concluiu a construção de sua estrutura industrial, e que tampouco conseguiu desenvolver marcas e produtos com maior valor agregado para competir no mercado internacional, a exploração ambiental de recursos agrícolas, minerais e energéticos passam a exigir cada vez menos regulações por parte do Estado com consequências negativas para a sustentabilidade socioambiental e econômica (PIRES; SANTIMBURGO, 2018).

Na economia, o Brasil do atual governo de extrema direita de Jair Bolsonaro é um dos poucos países do mundo que não tem política industrial, e os reflexos disso serão cada vez mais perniciosos para a população, com reflexos no aumento do desemprego, diminuição da renda, retração do mercado interno, aumento das desigualdades, da violência, problemas fiscais, além de potencializar o problema socioambiental. Como gerar emprego para uma população de 211 milhões de habitantes apenas com produção de commodities, que pouco geram de valor agregado, de emprego e agride o meio ambiente em larga escala? Como solucionar o problema dos 14 milhões de desempregados sem política de geração de emprego e renda? E, como mitigar os impactos ambientais com uma economia que depende cada vez mais da exploração intensiva de recursos naturais. Essas são as questões que deveriam pautar o governo e se colocam como desafio para os próximos anos.

## 2. O desmonte da agenda ambiental

No campo ambiental, observou-se nos últimos quarenta anos tentativas de objetivação dos marcos regulatórios ambientais previstos na Constituição Federal de 1988, que mesmo com problemas e dificuldades, foram tentando se consolidar no Brasil a ponto do país, inclusive, buscar manter um protagonismo nos debates internacionais sobre meio ambiente. Vale lembrar que o Brasil chegou sediar em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável e depois a Rio mais 20 em 2012.

Porém ao mesmo tempo em que o país tentava levar adiante um papel de protagonista no meio ambiente nessas últimas décadas, era perceptível uma contradição interna que se torna cada vez mais difícil de conciliar que é a manutenção de uma economia que está cada vez mais pautada na exploração de recursos naturais, e ao mesmo tempo efetivar políticas ambientais para conter o desmatamento e a poluição, garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos, universalizar saneamento básico, efetivar políticas de resíduos sólidos, garantir a proteção de reservas indígenas e demarcação de terras, conter o garimpo ilegal, regulamentar de forma mais clara e eficiente o uso de agrotóxicos e promover políticas voltadas para agricultura familiar. Enfim, desafios que foram sendo postos ao longo das últimas décadas no campo socioambiental no Brasil diante do papel que o país assume na política, no setor produtivo e no comércio internacional.

Até o governo da presidenta Dilma, havia uma preocupação em adequar o setor produtivo aos parâmetros ambientais internacionais, sobretudo no que se refere ao clima. E ao mesmo tempo foi um período de intensos conflitos ambientais. São conflitos que estiveram muito presentes nos governos FHC, e depois com Lula e Dilma, por exemplo. Quando Lula assume o governo em 2003, em meio ao desmonte do Estado e do setor produtivo proporcionado pelo governo FHC, e com a elevação dos preços das commodities no comércio internacional, não houve outra estratégia imediata que não potencializar a economia com foco no setor primário. Tanto que um dos principais conflitos internos observados no governo Lula se deram entre os ministérios da economia, desenvolvimento e o do Meio Ambiente.

Porém, mesmo em meio as inúmeras polêmicas nas questões ambientais que observamos nos governos Lula e Dilma em relação ao meio ambiente, havia predisposição em adequar o agronegócio, a mineração, as grandes obras hídricas que foram construídas naquele contexto aos parâmetros ambientais, às regulamentações do Ibama, de modo que havia todo um protocolo a ser

seguido com audiências públicas, que envolviam uma série de medidas vinculadas aos conceitos de Economia Verde e ao prolixo conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A grande bandeira do agronegócio no exterior era a produção sustentável. Havia todo um cuidado do governo para que a produção estivesse vinculada a uma série de burocracias das regulações ambientais, mesmo que na prática isso ainda despertasse críticas das populações locais, comunidades indígenas, quilombolas, dado à insuficiência das ações, como é possível observar nos impactos ambientais e principalmente sociais das obras das hidrelétricas nos rios Madeira e Xingu<sup>6</sup>.

Porém, mesmo com uma série de questionamentos à real sustentabilidade das ações econômicas financiadas pelo governo, o cerne da discussão até então era a efetivação e a eficácia das regulamentações ambientais, ou seja, não se aventava, por exemplo, extinguir o Ministério do Meio Ambiente como o governo Bolsonaro chegou a propor. Mesmo quando houve as alterações no Código Florestal em 2012, isso se dá a partir do Congresso Nacional, e não por meio de canetadas do executivo.

A questão ambiental sempre foi conflituosa no Brasil. Poucas vezes foi tratada pelos governos de uma maneira plenamente satisfatória a ponto de mitigar os conflitos que envolvem setor produtivo e setores da sociedade civil, com objetivo de avançar na demarcação de terras indígenas, contenção do desmatamento e queimadas, proteção de rios e mananciais e universalização do saneamento básico, por exemplo. Mesmo com o funcionamento do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, do ICMBio e agências reguladoras dentro da normalidade institucional, havia a certeza, principalmente entre ambientalistas, sociedade civil, pesquisadores, comunidades indígenas que muita coisa tinha que mudar. Mas, tirando setores econômicos altamente depredadores do meio ambiente e que comumente atuam na ilegalidade, como garimpeiros e grileiros, por exemplo, não partia do executivo a imposição de mudanças como as que estão sendo postas em prática atualmente, que tem levado a retrocessos evidentes das pautas ambientais.

A situação é tão preocupante que, ao invés de se debater aqui meios de avançar a pauta ambiental e estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável, com medidas voltadas para efetivar regulamentações ambientais que possibilitassem um papel mais participativo para população, nos deparamos com um retrocesso de mais de 40 anos imposto de forma unilateral, com um desmonte sem precedentes dos marcos regulatórios conforme foram estabelecidos desde

---

<sup>6</sup> Sobre a usina de Belo Monte, consultar o Dossiê Belo Monte elaborado pelo Instituto Socioambiental (2015).

a Constituição de 1988. Ao invés de pensarmos o avanço da pauta ambiental no Brasil, as circunstâncias políticas do momento exigem luta pela manutenção e fortalecimento do aparato regulatório que existia até pelos menos 2017.

Os ataques e os desmandos no campo ambiental ocorrem por meio de canetadas do executivo sem passar pelo Congresso, o que reforça a postura autoritária e antidemocrática que vem sendo marca do governo Bolsonaro. Essas ações partem de uma convicção do governo federal que nega o aquecimento global e as mudanças climáticas, além de atuar de acordo com o interesse de setores ligados à mineração, ao garimpo, pecuária e agricultura. Há uma concepção clara nesse governo de que desmatar é desenvolver, além de uma postura negacionista em relação aos problemas ambientais que fica claro não apenas nas posturas e nas falas do executivo, e de ex-ministros como Ernesto Araújo e Salles, como nas escolhas e nas ações que vem sendo tomadas no Ministério do Meio Ambiente (SCANTIMBURGO, 2018).

Por mais que o presidente vá até a Cúpula do Clima do Biden e tente, diante da pressão internacional que vem sofrendo, afirmar o contrário da realidade do seu governo, ao apresentar, inclusive, dados de desmatamento de governos anteriores, além de uma série de dados e informações questionáveis, a realidade é bem outra. Nesses momentos, o presidente representa um papel diante da pressão da comunidade internacional. Porém, quando a gestão de seus ministros são analisadas mais a fundo, como Ricardo Salles, por exemplo, o que podemos afirmar é que há além de um desmonte, há um aparelhamento dos órgãos e colegiados ambientais, com objetivo de excluir a participação pública em todas as áreas das instâncias de governo, como se observa no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), por exemplo<sup>7</sup>. Segundo o Conselho Federal de Biologia, a justificativa para as alterações era de que as resoluções atuais se tornaram incompatíveis com a legislação ambiental aprovada posteriormente, em especial o Código Florestal brasileiro.<sup>8</sup>

Porém, essas mudanças, feitas na base da canetada, sem passar pelo Congresso, alterou por meio de um decreto a composição do Conama, de 96 para 23 integrantes. O executivo aumentou seu peso no conselho em 13%, enquanto os Estados perderam 7% e a sociedade civil, 6% da representação. O órgão colegiado existe desde 1981 e até então não havia sofrido alterações significativas. Governo e setor produtivo passaram a ter a maioria dos votos. O governo extinguiu

---

<sup>7</sup> As alterações foram debatidas na 35ª Reunião Ordinária da Plenária do Conama, no dia 28 de setembro de 2020, que pode ser assistida no link: <https://www.youtube.com/watch?v=-xScCeGFUac>

<sup>8</sup> Cf. em <https://cfbio.gov.br/2020/10/20/mudancas-no-conama-e-a-fragilizacao-da-protecao-ao-meio-ambiente/>

também o comitê Orientador para o Fundo da Amazônia e o Comitê Técnico do Fundo da Amazônia, o que gerou um impasse com os países doadores e paralisou o uso de R\$ 2,9 bilhões.

O próprio Comitê Gestor do Fundo Clima se reuniu pela primeira vez no governo Bolsonaro em agosto de 2020, com uma composição totalmente alterada. Antes, o Comitê era composto por representantes do governo federal, dos Estados e municípios, de trabalhadores rurais e urbanos, do setor privado, da academia e de ONGs ambientais. Agora é composto por seis membros do governo e cinco do setor empresarial privado. A sociedade civil tem apenas um membro titular e um suplente, que ocorre via Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), um órgão paraestatal, presidido pelo Presidente da República, de modo que o secretário-executivo é escolhido pelo ministro do Meio Ambiente.<sup>9</sup>

Uma das ações desse Comitê Gestor foi aprovar, em 2020, a destinação de todo o dinheiro não-reembolsável do Fundo Clima, em um total de R\$ 6,2 milhões, para um único projeto, no caso, o Lixão Zero em Rondônia, estado governado por um aliado de Jair Bolsonaro, do PSL. Apenas um voto se opôs, que foi da representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que alegou fragilidade técnica na proposta e falta de aderência aos princípios do Fundo Clima, ao passo que o setor de resíduos sólidos em Rondônia emite 0,019% do total de emissões brutas de gases de efeito estufa do Brasil, enquanto o desmatamento emite 3%).<sup>10</sup>

Na Amazônia, o governo acabou reativando o Conselho Nacional da Amazônia Legal, um Conselho que foi estabelecido por Itamar Franco e inativo desde o final da década de 1990, e entregou sua coordenação ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB). O conselho foi designado em abril de 2021, com 19 militares, nenhum representante da academia ou dos governos estaduais, do setor privado ou da sociedade civil. Também não há representantes no Conselho da Funai ou de povos indígenas, do Instituto Chico Mendes ou do Ibama. Este conselho, sem nenhum orçamento, passou a assumir a responsabilidade pelo combate aos crimes ambientais na Amazônia, tendo o vice-presidente Hamilton Mourão como seu porta-voz único<sup>11</sup>. Curioso é que legalmente, na gestão ambiental, quem deve comandar os órgãos ambientais e definir as políticas para a Amazônia é o ministro do Meio Ambiente e não o vice-presidente da República.

Esse conselho dirigido por Mourão criou um “plano estratégico” para a Amazônia com propostas muito vagas que gira em torno de “garantir a soberania” brasileira sobre a Amazônia e

---

<sup>9</sup> Cf. Decreto número 10.455 de 11 de agosto de 2020: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.455-de-11-de-agosto-de-2020-271717699>

<sup>10</sup> Ata da reunião pode ser consultada em <https://antigo.mma.gov.br/images/Ata%2028.pdf>

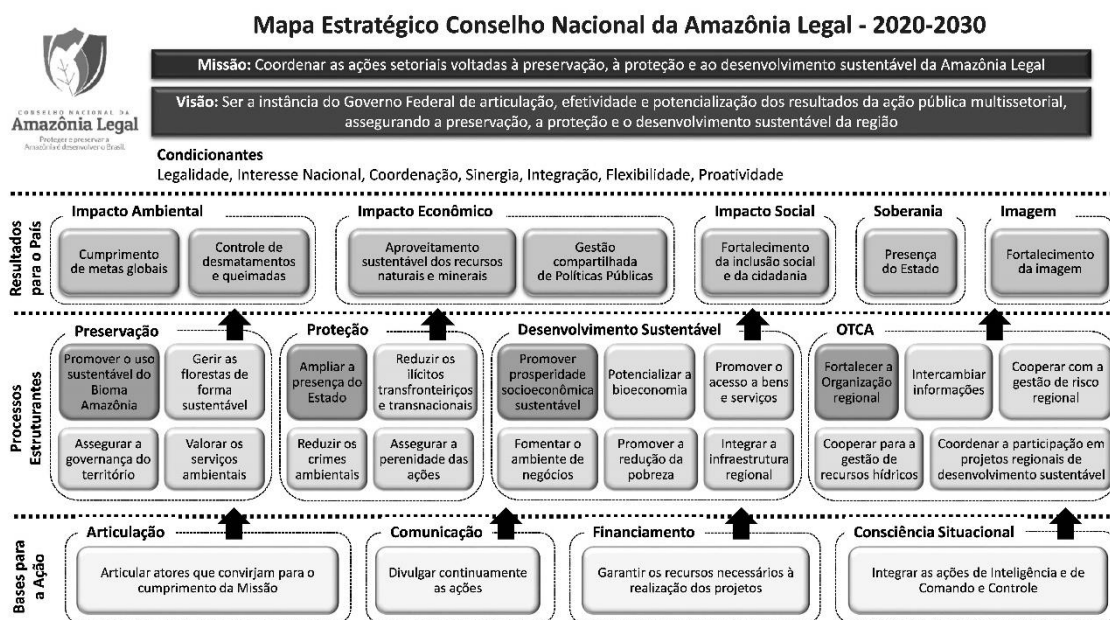
<sup>11</sup> Cf. em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/decreto-no-10-239-11-fev-20-transferencia-do-conselho-1.pdf>



integrar os sistemas de monitoramento da floresta ao Ministério da Defesa. Não há praticamente nenhuma proposta de combate aos ilícitos ambientais na Amazônia como o avanço do garimpo ilegal em terras indígenas, muito pelo contrário, dado que um dos interesses desse governo é permitir justamente o avanço da mineração na Amazônia.

O mapa estratégico pode ser observado na imagem a seguir:

**Figura 1 – Mapa Estratégico Nacional da Amazônia Legal (2020 – 2030)**



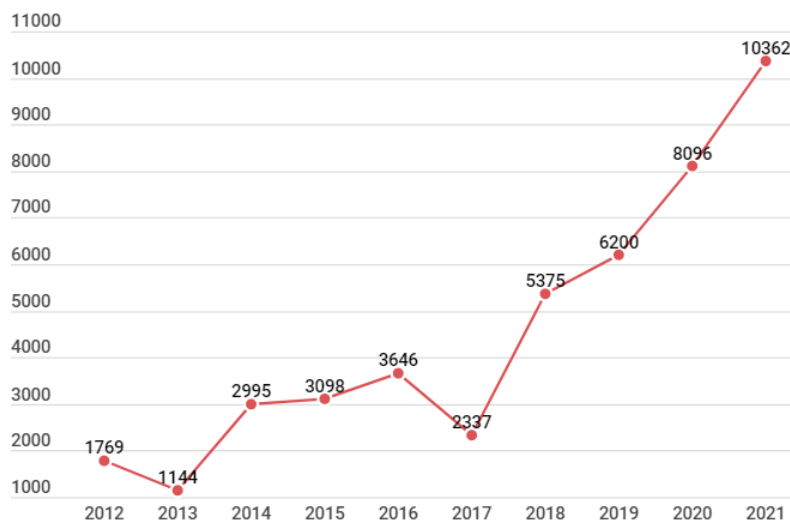
**Fonte:** Conselho Nacional da Amazônia  
([https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/mapa\\_estragico.jpg/view](https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/mapa_estragico.jpg/view))

O “plano estratégico” fala, inclusive, em criar um “marco legal” para as Organizações Não Governamentais (ONGS), com uma proposta de “controlar 100% das ONGs” que atuam na Amazônia e somente permitir que atuem as que estiverem “alinhadas com o interesse nacional”, conforme denúncia do jornal o Estado de São Paulo que teve acesso aos documentos do Conama<sup>12</sup>. Interesse nacional, nesse caso, supõe-se ser o interesse do governo e seus aliados.

<sup>12</sup> Cf. em <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,governo-bolsonaro-planeja-norma-para-controlar-acao-de-ongs-na-amazonia,70003506777>>

A isso, soma-se por meio de uma análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2021, encaminhado pelo governo Bolsonaro ao Congresso, uma queda de 27,4% no orçamento federal previsto para fiscalização ambiental e combate a incêndios florestais, na comparação com o que foi autorizado em 2020. Em relação ao ano de 2019 a queda é ainda maior, 34,5%<sup>13</sup>. A redução ocorre em meio ao aumento do desmatamento e dos incêndios na Amazônia e em outros biomas, conforme dados do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Iamzon)<sup>14</sup>.

**Gráfico 1** – Desmatamento acumulado de janeiro a dezembro (km<sup>2</sup>)



**Fonte:** Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (2022).

Nas políticas para o clima, tudo caminha para o não cumprimento de todas as projeções acordadas pelo país por meio do estabelecimento da Política Nacional sobre Mudança do Clima em 2009, segundo relatório do Observatório do Clima, publicado em 2019. Na época, as projeções eram otimistas, inclusive para a economia, com previsão de crescimento de 5%. Mas havia ali a previsão de duas metas: uma de corte relativo de emissões - de 36,1% a 38,9% até 2020 em relação ao que seria emitido na ausência de políticas para redução da emissão - e uma redução de 80% na taxa de desmatamento na Amazônia em 2020 em relação à média observada entre 1996 e 2005. As duas metas não foram cumpridas, sendo a de desmatamento, por larga margem: com 11.088 km<sup>2</sup>,

<sup>13</sup> Cf. em <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2021/ploa>>

<sup>14</sup> Cf. em <<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/#:~:text=Isso%20porque%20a%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20registrada,em%20%C3%A1reas%20federais%20quanto%20estaduais.>>

o país ficou 180% acima do máximo de 3.925 km<sup>2</sup> estabelecido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima<sup>15</sup>.

Outro aspecto que chama a atenção são os dados sobre a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que é o documento em que cada país oferece suas estratégias e resultados para atingir o objetivo do Acordo de Paris de estabilizar o aquecimento global, e que deve ser atualizado e intensificado a cada cinco anos. Em 2021, quando chegou o momento de o governo atualizar, a gestão Salles fez uma série de alterações. Na meta de 2015 apresentada pelo governo Dilma, O Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005. Essa previsão do NDC apresentada em 2015 não contava com financiamento externo. Na nova proposta, o nível de emissões em 2005, ano-base da meta, foi ajustado de 2,1 bilhões de toneladas para 2,8 bilhões de toneladas.

Na versão apresentada por Salles, a mesma meta representa 1,6 bilhão de toneladas na atmosfera. Ou seja: o Brasil chegaria a 2030 emitindo cerca de 400 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente a mais do que havia sido prometido em 2015, segundo dados e análises apresentadas pelo Observatório do Clima. Além do mais, o documento apresentava a intenção de atingir a neutralidade em carbono em 2060, dez anos após o anunciado pela maioria dos países, e condicionava a antecipação dessa meta ao pagamento de US\$ 10 bilhões por ano ao Brasil a partir de 2021<sup>16</sup>. Dias depois da divulgação da nova NDC brasileira, o país foi rebaixado na classificação do país de “insuficiente” para “altamente insuficiente” e foi cortado da Cúpula da Ambição do Clima que contou com a presença de mais de 70 países, além de lideranças empresariais, conforme demonstra o Observatório do Clima, que, inclusive, abriu um processo contra o governo devido aos problemas no plano do Clima. A condição para participar era a apresentação de metas mais ambiciosas que as anteriores.

Há uma série de outros problemas que poderiam aqui ser citadas, como a redução no orçamento para a fiscalização ambiental, que no orçamento para 2021 é o menor dos últimos 20 anos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano reduziu em 27,4% os recursos destinados à fiscalização ambiental e ao combate de incêndios florestais. O resultado tem sido explosão nos índices de desmatamento. De janeiro a maio de 2021, um total de 615.95 km<sup>2</sup> foram desmatados no Amazonas, ou seja, **67,4% a mais** que o total desmatado no mesmo período do ano passado, quando foram desmatados 367.79 km<sup>2</sup> de área, de acordo com dados do Instituto

---

<sup>15</sup> Cf. em <<https://www.oc.eco.br/explainer-brazil-way-meet-climate-targets/>>

<sup>16</sup> Cf. em <<https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80108/BRASIL%20iNDC%20portugues%20FINAL.pdf>>

Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)<sup>17</sup>. Com esse resultado, o **Amazonas é o segundo estado mais desmatado da região Norte**, atrás apenas do Pará, que teve 949.71 km<sup>2</sup> de área desmatada nos cinco primeiros meses deste ano. Parece cada vez mais óbvio que o desmonte do aparato regulatório brasileiro no setor ambiental, comandado pelo governo Bolsonaro, é o principal responsável pelo cenário caótico aqui apresentado.

## Considerações finais

O Brasil vai ficando para trás em uma área que tentou se colocar como protagonista internacional entre os anos 1990 e começo dos 2010. Quando você observa as três maiores potências globais — EUA, China e União Europeia assumindo compromisso rumo ao que podemos chamar de uma recuperação verde e à descarbonização econômica, parece claro que a disputa pela hegemonia internacional se dará num mundo cada vez menos dependente de combustíveis fósseis.

As políticas adotadas daqui para frente por EUA, Japão, Canadá, Reino Unido e outros países mostra que não há caminho de desenvolvimento possível daqui para frente se não for dentro dos parâmetros ambientais globais discutidos nas convenções do clima. Ao mesmo tempo, o Brasil tem preferido entregar a Amazônia para grileiros de terra, garimpeiros, pecuaristas predatórios e madeireiros ilegais, mesmo tendo sol, vento e biocombustível à vontade para entrar de cabeça num projeto de desenvolvimento nacional sustentável.

O Brasil de Bolsonaro vai se consolidando cada vez mais como um mero fornecedor de commodities no comércio internacional às custas da depredação do meio ambiente. Além do que, com essas posturas negacionistas e predatórias do governo brasileiro em relação ao meio ambiente, Bolsonaro dá argumentos para o questionamento da soberania sobre a Amazônia, como fez, por exemplo, o presidente francês Emmanuel Macron em 2019<sup>18</sup>. Enfim, o Brasil aprofunda um modelo de desenvolvimento capitalista ultrapassado e devastador do meio ambiente, reservado à periferia do sistema. Grande parte das elites econômicas do país que dão sustentação a esse governo parecem estar bem à vontade com isso.

---

<sup>17</sup> [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5811](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811)

<sup>18</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/24/para-macron-amazonia-e-bem-comum-e-pede-mobilizacao-de-potencias-contr-desmatamento.ghtml>

## Referências bibliográficas

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020**. Disponível em < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/decreto-no-10-239-11-fev-20-transferencia-do-conselho-1.pdf>>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. **Ata da 28ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor**. Disponível em < <https://antigo.mma.gov.br/images/Ata%2028.pdf> >

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Pretendida contribuição nacionalmente determinada para consecução do objetivo da convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima**. Disponível em < <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80108/BRASIL%20iNDC%20portugues%20FINAL.pdf>>

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km<sup>2</sup>**. Disponível em < [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5811](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811)>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Dossiê Belo monte – “Não há condições para licença da operação”**. Instituto Socioambiental, Junho de 2015. Disponível em < <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>>

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. **Perspectivas: revista de Ciências Sociais** (UNESP. ARARAQUARA. IMPRESSO), v. 52, p. 103-118, 2020.

SCANTIMBURGO, André; PIRES, Marcos Cordeiro. **La desindustrialización y primarización de la economía brasileña y la construcción de proyectos hidroeléctricos en el Amazonas: el caso Belo Monte**. In: Sergio Martinez Rivera; Yolanda Trápaga Delfín. (Org.). Reflexiones Heterodoxas sobre Economías Emergentes. 1ed.Cidade do México: , 2018, v. , p. 117-146.